

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Hoje em Dia Class.: 1268
Data: 21/07/90 Pg.: _____

☐ ÍNDIOS

Grupo irá elaborar política indigenista

BRASÍLIA — Dentro de 15 dias estará instalado o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de rever a política indigenista do governo brasileiro. A informação foi dada ontem pelo secretário executivo do Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz Júnior. A partir da próxima semana serão enviados avisos aos ministérios e secretarias para que sejam indicados os representantes.

Segundo Tércio Ferraz Júnior, "a meta do ministério da Justiça é efetuar um trabalho abrangente sobre a política indigenista brasileira; uma vez que a atual estrutura da Funai, embora com as mudanças efetuadas no novo governo, está apresentando falhas administrativas devido à abrangência do setor que envolve as áreas de saúde, educação, meio ambiente, justiça e minas e energia. Esta, no que diz respeito especialmente à questão do garimpo".

Com o grupo de trabalho interministerial serão definidas as diretrizes que poderão ser aplicadas através da integração dos também ministérios e secretarias. O secretário exe-

cutivo explicou que o presidente da Funai, Ailton Câmara, poderá presidir o grupo de trabalho caso seja confirmado no cargo pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral. Por outro lado Tércio Ferraz informou também que solicitou aos índios que apresentassem, lista tríplice com indicações de nomes para presidir o órgão.

O grupo interministerial, criado através de decreto publicado hoje no "Diário Oficial" com a denominação de grupo de trabalho para a defesa de populações indígenas, será integrado por representantes dos ministérios da Justiça, Saúde, Agricultura, Educação, Infra-Estrutura, Ação Social e representantes das secretarias do Meio Ambiente, do Gabinete Militar e assuntos estratégicos da presidência.

Eles terão 60 dias para estudar e propor medidas destinadas a tornar mais efetiva a atuação do Governo Federal na preservação dos direitos e interesses das populações indígenas. O relatório final, conforme prevê o decreto, será submetido ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral.